



# A NECESSIDADE DA ARTE

*políticas culturais para recuperar o  
público e o comum<sup>1</sup>*

THE NEED FOR ART: CULTURAL POLICIES TO RECOVER THE PUBLIC  
AND THE COMMON

*Víctor Vich Flórez*

- .....
- 1 VICH, Víctor. La necesidad del arte: Políticas culturales para recuperar Lo público y lo común. *In: VICH, Víctor. Políticas culturales y ciudadanía: estrategias simbólicas para tomar las calles.* Ciudad de México: CLACSO, 2021. p. 11-18.  
Tradução: Penélope Serafina Chaves Bruera. Mestranda em Estudos de Tradução (PGET/UFSC). Tradutora do Laboratório de Tradução da Unila. E-mail: serafinachaves@gmail.com

**D**evemos partir de três princípios. O primeiro deles afirma que o capital é hoje a estrutura totalizante de nossa experiência histórica. Isso significa que “el capitalismo lo ha tomado todo y sobredetermina todas las formaciones alternativas y hasta los estratos no económicos de la vida social” (Žižek, 2004, p. 15). Hoje, sem dúvida, a mercadoria é a forma geral de grande parte das relações sociais e da maioria dos produtos do trabalho. Vivemos, na verdade, sob um poder hegemônico que regula quase tudo na vida coletiva.

Como consequência do exposto no parágrafo anterior, o segundo princípio observa a tendência de enfraquecimento da vida pública. Sabemos que a desigualdade, a discriminação e a violência são problemas muito sérios, mas eles são paralelos à falta de políticas culturais reais capazes de ajudar a reinventar as relações humanas e os espaços que habitamos. Hoje nos encontramos inscritos diante de forças que nos obrigam a nos recolher em nossas próprias casas e que nos prendem por meio de novos e velhos dispositivos de controle social (Jameson, 2016, p. 13).

A partir daí, o terceiro princípio afirma que, apesar do que foi descrito, o sentido da vida social ainda continua em disputa e que é urgente continuar apostando na construção de um novo “senso comum”

e de uma sociedade diferente. Hoje temos que afirmar que a mudança política também deve ser travada na tentativa de transformar a cultura existente e a inércia cotidiana. Para nós que trabalhamos com as artes e práticas simbólicas, fazer política implica construir e propor formas que alterem a percepção daquilo que existe, que mostrem possibilidades desconhecidas e contribuam para a criação de novas identidades e novos modelos de relacionamento entre as pessoas. É verdade que vivemos em um momento de absoluta degradação política, mas também é verdade que as práticas simbólicas sempre têm algo inédito para dizer (Nietzsche, 2007, p. 235).

El liberalismo concibe la ciudadanía como un mero estatus legal y percibe al ciudadano como un individuo poseedor de derechos, libre de toda identificación con un ‘nosotros’. No obstante, la tradición democrática concibe la ciudadanía como un actuar como parte de un *nosotros*, conforme a cierta concepción del *interés general* (Mouffe, 2018, p. 89).

As políticas culturais são fundamentais para intervir nesse contexto e mudar a sociedade. No livro *Políticas culturales y ciudadanía: estrategias simbólicas para tomar las calles*, me propus a comentar um conjunto de iniciativas que, usando diferentes estratégias simbólicas, intervieram nas ruas de Lima, Peru, a fim de tornar visíveis várias relações de poder instaladas na vida social. Me pareceu interessante entendê-las como exemplos dos quais as políticas culturais poderiam se apropriar para replicá-las de forma criativa em outros contextos. São intervenções que se apropriam do espaço público para repensar as condições em que habitamos o mundo, ou seja, para chamar a atenção para situações locais em que se condensam o poder, as falhas e os limites do sistema social vigente. Nessa pesquisa, me propus a refletir sobre “su inscripción histórica, su densidad narrativa y sus dimensiones éticas” (Escobar, 2004, p. 149).

O ativismo é urgente e necessário, mas é essencial definir bem o campo de ação em que somos chamados a atuar (Groys, 2016, p. 39).

Na busca permanente para construir novas linguagens de protesto, defendo que essas intervenções encenam – com comprometimento, mas também com dilaceração – a perda do senso “do comum” e o profundo desconforto com as atuais condições de vida. Desde suas arriscadas linguagens formais, desde sua densidade simbólica e da perturbação que a própria encenação aspira a causar, essas intervenções propõem “la primacía del lazo social sobre los impulsos individualistas y competitivos que hoy priman en la sociedad contemporánea” e, da mesma forma, tentam vislumbrar formas alternativas de habitar o mundo (Jameson, 2013, p. 470). Todas essas intervenções se propõem a operar sobre as práticas que impedem a construção de uma sociedade justa e democrática.

El objetivo de la lucha hegemónica consiste en desarticular las prácticas sedimentadas de una formación existente y, mediante la transformación de estas prácticas y la instauración de otras nuevas, establecer los puntos nodales de una nueva formación social hegemónica (Mouffe, 2018, p. 66).

Žižek (2000) argumentou que uma comunidade é constituída (ou seja, imagina-se como um “todo” mais ou menos unificado) por suas “formas de goce”. Uma cultura, de fato, é um modo de vida, um modo de agir e de representar um relacionamento com o outro. O gozo, por sua vez, é um hábito instalado que se tornou repetitivo e que implica algum tipo de exercício de poder. Uma forma de gozo consiste, por exemplo, na produção de estereótipos para discriminar (ou violentar) pessoas. Perguntemos então: qual é o gozo do machismo em nossas sociedades? Qual é o gozo do racismo? Qual é o gozo da exploração do trabalho? Quais são os fatores culturais da corrupção, do autoritarismo e do individualismo consumista? Que tipo de subjetividade a economia capitalista produz? As práticas simbólicas são um lugar para revelá-las e produzir respostas alternativas? Além disso, temos a capacidade de nos sentir desafiados e de mudar a forma como nos relacionamos uns com os outros? Somos capazes de viver de forma

diferente? Hoje, o capitalismo encurrala nossa imaginação numa margem onde parece não haver noção de passado e onde o futuro é puro narcisismo codificado sob a lei do mais forte. Por esse motivo, proponho que essas intervenções – inscritas em um sistema que invisibiliza suas próprias contradições – devem ser entendidas como práticas deliberativas de uma sociedade civil que tenta colocar em prática diferentes alternativas para a vida coletiva. Não se trata, em nenhum sentido, de o simbólico substituir a política, ou de pedir que a arte faça hoje tudo o que a política tem medo de fazer depois de seu recuo neoliberal (Rancière, 2005, p. 67), mas de afirmar que o campo cultural, longe de ser entendido como uma esfera separada, autônoma, supostamente destinada ao “entretenimento”, sempre tem optado por tentar se articular com a política mostrando seus interesses ocultos, desconstruindo suas simplificações teóricas e trazendo novas práticas e representações.

Podemos dizer então que se, por um lado, essas intervenções tentam questionar os sentidos comuns existentes, por outro lado, elas também tentam modificar certos padrões do próprio cenário artístico. Sabemos bem que hoje a especificidade da arte tem sido questionada na medida em que ela nunca deixou de experimentar com linguagens herdadas e transbordar as fronteiras entre práticas diversas (Garramuño, 2015, p. 26). A expressão “a arte fora de si” nomeia um momento em que todas as competências artísticas tendem a sair de seu próprio domínio e trocar seus lugares e poderes (Escobar, 2004, p. 149; Rancière, 2010, p. 27). Embora essas intervenções estejam inscritas na categoria de posicionar a arte como um agente de transformação social, o fato é que nenhuma delas jamais sacrifica o conceitual e, em vez disso, visam desconstruir a estética em curso e as convenções estabelecidas (Bishop, 2007).

Colocando de outra forma: contra toda a tradição moderna que reprimiu e censurou os componentes pedagógicos (e didáticos) que sempre caracterizaram as práticas artísticas, essas iniciativas não tiveram medo de construir novas linguagens simbólicas para

mostrar, com coragem, as falhas da ordem social e apontar caminhos alternativos. Essas intervenções nas ruas tentam propor um novo modo de conhecimento em que o estético surge como um laboratório para re-pensar, em sua complexidade, as falhas das identidades e da totalidade social (Jameson, 2015, p. 221).

Observemos que muitos teóricos apontaram a importância de pensar o “espaço” como algo que sempre pode ser apropriado politicamente. O espaço, de fato, nunca é completamente “dado”, mas é algo que é culturalmente produzido em razão das intervenções que são propostas. Como, então, intervir? Como “criar” novos espaços dentro dos espaços existentes? Como sair de uma lógica puramente mercantil? Eu defendo que o valor político dessas intervenções está, acima de tudo, na criação de novos *espaços*. São, de fato, propostas que questionam o espaço dado, intervêm nele e o interrompem por um momento. Ou seja, o objetivo não é apenas criar novos símbolos e conteúdos, mas furar o espaço existente na tentativa de fazer surgir um novo. Todas essas intervenções entendem a vida social como drama e disputa (Lefebvre, 1978, p. 136) e têm tentado “crear nuevos espacios para hacer visible aquello que el consenso dominante tiende a ocultar” (Mouffe, 2014, p. 99).

Nesse sentido, observemos que todos eles estão envolvidos nesse conjunto de reivindicações que demandam o “direito à cidade” e que conceberam suas lutas, não para a defesa de interesses privados, mas por direitos coletivos codificados em termos de “classe”, “raça”, “gênero”, “meio ambiente”, “diversidade cultural” ou “cultura da memória” (Lefebvre, 1972, p. 155). Esse tipo de problemáticas estão emergindo na esfera pública de nossos países sem que os sucessivos governos reajam com uma contundência verdadeira. O “direito à cidade” não é outro senão o direito de usá-la, apropriar-se dela e desfrutá-la além do mercado e da lógica do valor de troca (Lefebvre, 1978, p. 168). Quer dizer, a importância dessas intervenções reside tanto em suas potências simbólicas quanto no fato de serem dirigidas a um cidadão que é sempre desafiado como sujeito público.

A política – argumenta Badiou (2006, p. 81) – não é algo que se refere a um interesse particular, mas uma força que diz respeito ao destino da comunidade.

É possível que a arte e a cultura venham a ocupar um lugar de mais centralidade na vida pública? É possível que possam se apartar de uma simples lógica de mercado? Alguns podem argumentar que essas intervenções têm sido muito modestas em seu impacto público, mas eu defendo aqui que isso não diminui sua importância. “Lo que importa no son las cantidades, sino los símbolos y los actos simbólicos”, argumentou Jean Améry (2013, p. 157). A escolha de tornar os problemas sociais mais visíveis traz consigo um potencial libertador. Além de enriquecer o arquivo cultural das lutas cidadãs, as intervenções da política cultural devem propor uma recusa em continuar sendo o que somos (ou o que nos disseram que somos), e argumentam que o próprio ato de simbolizar os antagonismos sociais contribui para orientar uma ação política diferente e ativar um novo pensamento crítico.

É claro que mudar uma cultura (o modo de vida) não é algo fácil de se fazer e requer “una especie de reorganización de todo el lenguaje disponible” (Eagleton, 2017, p. 153). As práticas simbólicas devem desempenhar um papel decisivo, pois são, justamente, as responsáveis por fornecer novas linguagens que questionem a inércia da realidade, que a desequilibrem, que tenham a capacidade de imaginar outros mundos e, acima de tudo, que encenem o caráter arbitrário (ideológico) do existente. A arte, de fato, é um tipo de discurso que produz como efeito deixar em suspenso aquilo que está estabelecido e que permite que a realidade se abra para o possível e inexplorado. Creio ser urgente argumentar que, sem esse momento de suspense, ativado pelas lutas dos movimentos sociais ou pela própria arte, há apenas inércia e reprodução do poder. De fato, diante de uma sociedade tão cínica como a atual, a arte, como lugar de criação de símbolos para as sociedades refletirem sobre si mesmas, é um discurso de *dissenso* que tenta tornar a realidade estranha na

tentativa de conhecê-la melhor. É frequentemente uma antecipação e, como Appadurai (2015, p. 388) tem argumentado, é o elemento decisivo para uma cartografia do futuro.

Com base nisso, devemos insistir mais uma vez que o capitalismo não é apenas um sistema econômico, mas também um modo de vida que deve continuar a ser questionado e combatido. Sob o imperativo do sucesso individualista, da apropriação desavergonhada do trabalho alheio, da acumulação estéril e do consumo frívolo, as capacidades humanas são empobrecidas dia a dia. Por meio de um conjunto sofisticado de dispositivos, o capitalismo continua a produzir cidadãos que, paradoxalmente, vivem sua liberdade no seu próprio processo de submissão e sujeição. Assim, Agamben (2015, p. 32–33) afirma:

Hoy tenemos el cuerpo más dócil y cobarde que jamás se haya dado en la historia de la humanidad. Los gestos cotidianos, la salud, el tiempo libre, las ocupaciones, la alimentación, los deseos, son dirigidos y controlados por los dispositivos hasta en sus más mínimos detalles.

Argumento, então, que o valor dessas intervenções reside no fato de que todas elas tentam voltar a subjetivar os cidadãos dentro de um projeto emancipatório. Elas tentam “profanar” as diferentes formas de controle social propondo um conjunto de *desidentificações* com a maneira como fomos socializados, ou melhor, com as maneiras pelas quais fomos questionados e constituídos como sujeitos. Se hoje o mundo das mercadorias tomou completamente conta do espaço urbano, é evidente que essas intervenções buscam construir outras esferas públicas e recuperar as possibilidades que a “cidade política” ainda tem sobre a “cidade comercial”. Dessa forma, Mouffe (2018, p. 90) aponta:

Una batalla crucial en la lucha contra-hegemonica consiste en resignificar lo público como un ámbito donde los ciudadanos puedan tener voz y ejercer sus derechos, desplazando a la concepción individualista y hoy dominante del ciudadano como ‘consumidor’.



Em suma, é importante que as políticas culturais trabalhem com a “estética” e com a “política” de forma simultânea. Nas palavras de Didi-Huberman (2014, p. 96), estão encarregadas de “denunciar el equívoco de la cultura”, mostrando a “base cultural” de problemas aparentemente “no culturales”. As políticas culturais não devem ser entendidas, portanto, como uma ferramenta para produzir meros espetáculos, muito menos como uma simples gestão voltada apenas para ganhar dinheiro ou administrar o que já existe. Seu verdadeiro objetivo é neutralizar as diferentes formas de poder, a fim de contribuir para a produção de uma nova sociedade.

Contra o pessimismo que nos assola, é necessário continuar afirmando que a utopia é um objetivo ético para a vida humana, mas que o utópico não se refere ao fictício ou ao impossível, mas à revelação das possibilidades latentes, ou ainda não realizadas, que existem na realidade. Acredito que a arte e as políticas culturais servem para “intensificar nuestra relación con la realidad” e para ativar, não uma contemplação passiva diante dela, mas um forte chamado à ação (Fischer, 1973, p. 5), vale dizer, para tentar gerar uma nova determinação comum e um novo poder constituinte.

Há intervenções que podem tornar mais visível o modo como o poder opera e sublinhar que o realmente político não consiste em “administrar lo dado”, mas “en practicar lo que la política dominante declara imposible” (Badiou, 2006, p. 27). Por meio de práticas e símbolos, essas intervenções emergem nas ruas como lugares estratégicos para tentar mudar nossa visão da realidade, alterar nosso senso estético, exigir novos direitos e oferecer alternativas radicais em prol de uma nova vida coletiva.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *¿Qué es un dispositivo?* seguido de *El amigo y de La Iglesia y el Reino*. Barcelona: Anagrama, 2015. (Colección Argumentos).

AMÉRY, Jean. *Más allá de la culpa y la expiación: Tentativas de superación de una víctima de la violencia*. 2. ed. Valencia: Pre-textos, 2013.

- APPADURAI, Arjun. *El futuro como hecho cultural: ensayos sobre la condición global*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.
- BADIOU, Alain. *Reflexiones sobre nuestro tiempo: interrogantes acerca de la ética, la política y la experiencia de lo inhumano: conferencias en Brasil*. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones del Cifrado, 2006.
- BISHOP, Claire. El giro social: (la) colaboración y sus descontentos. *Ramona*, [s. l.], n. 72, p. 29-37, 2007.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Pueblos expuestos, pueblos fulgurantes*. 1. ed. Buenos Aires: Manantial, 2014.
- EAGLETON, Terry. *Materialismo*. Bogotá: Península, 2017.
- ESCOBAR, Ticio. *El arte fuera de sí*. Asunción: Fondo Nacional de la Cultura y las Artes, 2004.
- FISCHER, Ernst. *La necesidad del arte*. Barcelona: Península, 1973.
- GARRAMUÑO, Florencia. *Mundos en común: ensayos sobre la inespecificidad del arte*. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.
- GROYS, Boris. *Arte en flujo: ensayos sobre la evanescencia del presente*. Buenos Aires: Caja Negra, 2016. (Colección Futuros Próximos).
- JAMESON, Fredric. Cognitive Mapping. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (ed.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Illinois: University of Illinois Press, 1988. p. 343-353.
- JAMESON, Fredric. *Conversaciones sobre marxismo cultural*. Compilado por Ian Jameson. Buenos Aires: Amorrortu, 2015.
- JAMESON, Fredric. *El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo Avanzado*. 2. ed. Barcelona: Paidós, 1992.
- JAMESON, Fredric. *Marxismo y forma. Teorías dialécticas en la bibliografía del siglo XX* 1. ed. Madrid: Akal, 2016. (Teoría literaria, n. 23).
- JAMESON, Fredric. *Valencias de la dialéctica*. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad*. 4. ed. Barcelona: Península, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza, 1972.
- MOUFFE, Chantal. *Agonística: pensar el mundo políticamente*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

- MOUFFE, Chantal. *Por un populismo de izquierda*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano*. Buenos Aires: Grafico, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques. *El espectador emancipado*. Buenos Aires: Manantial, 2010.
- RANCIÈRE, Jacques. *El reparto de lo sensible: estética y política*. Santiago de Chile: Lom, 2009.
- RANCIÈRE, Jacques. *Sobre políticas estéticas*. Barcelona: Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 2005.
- VIRILIO, Paul. *Ciudad pánico: el afuera comienza aquí*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2006.
- ŽIŽEK, Slavoj. *La revolución blanda*. Buenos Aires: Atuel, 2004.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Mirando el sesgo: una introducción a Jacques Lacan a través de la cultura popular*. Buenos Aires: Paidós, 2000.